



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

880

227

01

**Sétima Câmara Cível**

**Agravo de Instrumento nº: 0204.614-4 – Recife**

**Agravante(s): Albérico Ramos de Oliveira**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. VENCIMENTOS. LEIS Nº 10.426/90 E 11.216/95. OBEDIÊNCIA AO LIMITE MÍNIMO DO VBR. R\$130,00. ESCALONAMENTO VERTICAL. RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE NORMAS COMPATÍVEL COM A RAZOABILIDADE. CELEUMA QUE PERDUROU ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DA LC Nº 32/2001. IMPLANTAÇÃO DE NOVO REGIME REMUNERATÓRIO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A matéria trazida aos autos concentra-se na possibilidade do enfrentamento dos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90 com a Lei 11.216/95. A primeira Lei cria o escalonamento vertical, mas com a particularidade de que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais, enquanto que a Lei 11.216/95, define o valor mínimo que os servidores estaduais deveriam receber (R\$130,00 – cento e trinta reais).

2. A celeuma levantada nesta ação, diversamente da enfrentada em tantas outras demandas trazidas a este Juízo, não adentra na questão se o soldo pode ser ou não inferior ao salário mínimo vigente, pois o que se discute, aqui, é que o valor mínimo percebido não poderia ser inferior ao valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), e que, por mera coincidência, era o valor do salário mínimo da época.

3. A remuneração dos militares, a teor dos artigos 5º e 6º da Lei 10.426/90, também deveria obedecer ao limite mínimo do VBR, porquanto, ao disciplinar a instituição do Valor Básico de Referência, o legislador, quando da sua conceituação, fez incluir nos artigos 11 e 12 da citada lei, também o soldo dos militares. O embate jurídico se dá porque, a mesma Lei 11.216/95 fixou, em seu art. 17, o valor do soldo do Coronel da Polícia Militar em R\$ 262,21 (duzentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos) e, aplicando-se os percentuais da tabela de escalonamento vertical, aconteceu que alguns militares passaram a receber soldo inferior a R\$130,00 (cento e trinta reais).

4. Interpretando-se a "mens legis" da Lei 11.216/95, constata-se que ela não pretendeu violar a regra do escalonamento vertical estabelecida pela Lei 10.426/90 e ratificada pela Lei Complementar 13/95, mas também não foi sua intenção expurgar a regra constante do art. 5º da Lei 10.426, que dispõe que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais. A solução para tal celeuma, conferida pela Jurisprudência uniforme desta Corte de Justiça, é a que estabelece que os percentuais da tabela de escalonamento devem ser aplicados até o posto ou graduação que corresponda ao limite mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) e para aqueles servidores que perceberem soldo em valor inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), deve-se desprezar a tabela de escalonamento vertical e majorar o soldo até que atinja o referido limite mínimo, em obediência aos arts. 11 e 12 da Lei 11.216/95 e, especialmente, aos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90, pois, tratando-se de norma de mesma hierarquia, com disposições conflitantes, há de prevalecer a mais recente por força do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.

5. Tal situação, contudo, perdurou tão somente até a entrada em vigor da Lei Complementar nº 32 de 27.04.2001, pois com a mesma houve a desvinculação "de

5708

AI 204614-4



89  
228

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo" (art. 1º), de modo que, até então, era o valor do soldo e unicamente ele que não poderia ser fixado em valor inferior a R\$130,00.

6. Com a entrada em vigor, pois, da Lei Complementar nº 032/01 vedou-se, expressamente, a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários percebidos pelos policiais militares, ativos ou reformados, determinando, outrossim, que as mesmas passariam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustáveis por lei específica.

7. Não é de se olvidar, inclusive, que o valor do menor soldo fixado pela referida Lei Complementar supera, em muito, o valor de R\$ 130,00, como se depreende das tabelas a ela anexadas (cf. Anexo I-A e Anexo II-A), de modo que, de um jeito ou de outro, a questão deixa de ter importância com a LC 32/01.

8. Após a entrada em vigor da LC nº 32/01, não há mais que se falar, como asseverado, em garantia de respeito ao valor mínimo do VBR, atrelado à Tabela de Escalonamento Vertical, nem tampouco em reflexos no cálculo de gratificações e vantagens individuais, haja vista a previsão do soldo em valores nominais em real.

9. Tendo transcorrido 08 (oito) anos entre a entrada em vigor da Lei nº 32/01, quando implantado novo regime remuneratório dos servidores militares e fixado o menor soldo no valor de R\$ 209,60 (duzentos e nove reais e sessenta centavos), importe este muito superior ao mínimo legal de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), e a data de ajuizamento da ação originária, evidencia-se a ausência de eficácia do provimento almejado.

10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0204.614-4 da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Albérico Ramos de Oliveira e, como agravado, a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 11 de Maio de 2010.

  
Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

82  
229

01

**Sétima Câmara Cível**

**Agravo de Instrumento nº: 0204.614-4 – Recife**

**Agravante(s): Albérico Ramos de Oliveira**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de agravo de Instrumento interposto por Albérico Ramos de Oliveira em face da FUNAPE, impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Évio Marques da Silva, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2009.146374-3.

A decisão questionada (fl. 35) indeferiu a antecipação de tutela almejada, ao argumento da inadmissibilidade da concessão de provimento liminar contra a Fazenda Pública que implique liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos.

Em uma remissão fática, noticia que é pensionista de policial militar do Estado de Pernambuco, regido, quanto à sua remuneração, pelas Leis Estaduais nº 10.426/90 e 11.216/95.

Assevera, em síntese:

1) Que a Lei nº 10.426/90 disciplina que o soldo é a parte básica dos vencimentos inerentes ao posto ou graduação do servidor militar da ativa, bem assim que o soldo do posto de Coronel servirá de base de cálculo do soldo dos demais postos e graduações, mediante a aplicação dos índices da Tabela de Escalonamento Vertical, respeitada a norma que assegura que o soldo seja fixado em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais;

2) Que, com a edição da Lei nº 11.216/95, o Estado reajustou os símbolos de vencimentos do funcionalismo público, adotando, para fins de limites e estabelecimento de faixa e remuneração o VBR – Vencimento Básico de Referência, fixado em R\$ 130,00 (cento e trinta reais), correspondente ao valor do menor vencimento, soldo ou salário de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, a partir de 1º de maio de 1995;

3) Que, malgrado a garantia do direito ao VBR em valor não inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), após cálculos efetuados em observância da regra de



83  
230

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

escalonamento vertical, os soldos dos diversos postos ou graduações dos militares estaduais passaram a ser pagos em valores bem inferiores aos devidos;

4) Que, embora o soldo de um coronel da PMPE importe em R\$ 7.391,35 (sete mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos), ela agravante percebe, a título de pensão, a importância de R\$ 5.033,27 (cinco mil e trinta e três reais e vinte e sete centavos);

5) Que a lide em apreço versa sobre matéria previdenciária e, portanto, de ordem alimentar, pelo que, defende, não se aplica a restrição decorrente da Lei nº 9.494/97;

6) Que a jurisprudência desta Corte já está pacífica no sentido convergente ao da tese de argumentação por ele deduzida.

Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, para que se determine ao recorrido que lhe pague o valor do soldo de coronel em sua integralidade, atrelados à Tabela de Escalonamento Vertical, com reflexos no cálculo de suas gratificações e vantagens individuais e, no mérito, pelo provimento do presente recurso, com a integral reforma da decisão vergastada.

A Relatoria substituta indeferiu o efeito suspensivo almejado (fls. 48/57).

Intimado, o recorrido ofertou contrarrazões (fls. 62/72), alegando, em síntese:

1) Que embora o artigo 11 da Lei nº 11.216/95, que institui o VBR de forma genérica para os servidores estaduais, mencione "valor do menor soldo", deve-se buscar a harmonização daquele dispositivo com o artigo 17 do mesmo diploma legal para fins de concluir que a sistemática do escalonamento vertical foi mantida;

2) Que, após a entrada em vigor da Lei nº 11.216/95, com base no seu artigo 17, que fixa o soldo de Coronel PM, e aplicando-se o escalonamento vertical, o soldo básico da menor patente, de soldado de 3ª classe, foi fixado em R\$ 74,21 (setenta e quatro reais e vinte e um centavos), resultado do percentual de 28,30% (vinte e oito inteiros e trinta décimos por cento) sobre o valor de R\$ 262,21 (duzentos e sessenta e dois reais e vinte e um reais), ao qual são somados o abono e diversas outras gratificações, chegando a um valor bruto de remuneração muito superior que o Vencimento Básico de Referência;

3) Que não cabe ao Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia, nos moldes da súmula 339 do Supremo Tribunal Federal;

4) Que as Leis Complementares nº 32/2001 e 59/2001 redesenharam profundamente o regime jurídico remuneratório dos policiais militares estaduais,



84

231

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

ativos e inativos, desvinculando as gratificações e adicionais do soldo, revogando as disposições em contrário contidas na Lei Estadual nº 10.426/1990.

O *Parquet* ofertou parecer às fls. 77/78, opinando pelo não provimento do presente agravo.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 26 de ABRIL de 2010.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

232

01

**Sétima Câmara Cível**

**Agravo de Instrumento nº: 0204.614-4 – Recife**

**Agravante(s): Albérico Ramos de Oliveira**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**V O T O:**

A decisão impugnada encontra-se acostado à fl. 35 dos autos.

A matéria trazida aos autos concentra-se na possibilidade do enfrentamento dos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90 com a Lei 11.216/95.

A primeira Lei cria o escalonamento vertical, mas com a particularidade de que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais, enquanto que a Lei 11.216/95, define o valor mínimo que os servidores estaduais deveriam receber (R\$130,00 – cento e trinta reais).

Cumprе destacar que a remuneração dos militares, a teor dos artigos 5º e 6º da Lei 10.426/90, também deveria obedecer ao limite mínimo do VBR, porquanto, ao disciplinar a instituição do Valor Básico de Referência, o legislador, quando da sua conceituação, fez incluir nos artigos 11 e 12 da citada lei, também o soldo dos militares.

O embate jurídico se dá porque, a mesma Lei 11.216/95 fixou, em seu art. 17, o valor do soldo do Coronel da Polícia Militar em R\$ 262,21 (duzentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos) e, aplicando-se os percentuais da tabela de escalonamento vertical, aconteceu que alguns militares, passou a receber soldo inferior a R\$130,00 (cento e trinta reais).

Interpretando-se a “mens legis” da Lei 11.216/95, constata-se que ela não pretendeu violar a regra do escalonamento vertical estabelecida pela Lei 10.426/90 e ratificada pela Lei Complementar 13/95, mas também não foi sua intenção expurgar a regra constante do art. 5º da Lei 10.426, que dispõe que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais.

A solução para tal celeuma, conferida pela Jurisprudência uniforme desta Corte de Justiça, é a que estabelece que os percentuais da tabela de escalonamento devem ser aplicados até o posto ou graduação que corresponda ao limite mínimo de R\$

916.  
233

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

130,00 (cento e trinta reais) e para aqueles servidores que perceberem soldo em valor inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), deve-se desprezar a tabela de escalonamento vertical e majorar o soldo até que atinja o referido limite mínimo, em obediência aos arts. 11 e 12 da Lei 11.216/95 e, especialmente, aos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90, pois, tratando-se de norma de mesma hierarquia, com disposições conflitantes, há de prevalecer a mais recente por força do art. 2º da Lei de Introdução ao Código Civil.

É o que deflui da leitura dos julgados infratranscritos:

**"EMENTA - CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - SOLDOS - PAGAMENTO - INOBSERVÂNCIA DO ART.12 DA LEI ESTADUAL 11.261/95 - REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1- A Lei estadual nº 11.216/95 fixa um valor mínimo correspondente ao soldo pago aos militares, podendo ser majorado de acordo com o escalonamento funcional atribuído por lei, observando, sobretudo, o grau de hierarquia entre uma e outra patente. O pagamento aquém do valor fixado pelo artigo 12 da norma estadual pré-citada afigura-se ilegal.

2- A Lei nº 11.216/95 não vincula expressamente o valor do soldo com o salário mínimo, muito embora, os valores respectivos à época fossem idênticos. De modo que não é louvável afirmar a existência de um direito quando assim não reza expressamente a norma. Por isso, entendo que resta clara apenas a estipulação do valor de R\$ 130,00 à verba denominada do soldo, como determina o artigo 12 da respectiva norma. Reexame Necessário Improvido à unanimidade. ACÓRDÃO. Vistos relatados e discutidos estes autos de Reexame Necessário nº 153100-4, Comarca do Recife, sendo Apelante ESTADO DE PERNAMBUCO e Apelados AMARO FERNANDO SALVINO AURELIANO E OUTROS, acordam os Desembargadores que compõem a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer o presente recurso, para negar-lhe provimento, julgando prejudicado o recurso voluntário, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexas, que passam a integrar o presente julgado. Des. João Bosco Gouveia de Melo - Relator Presidente."

**"EMENTA: ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PERCEPÇÃO DE SOLDOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR MÍNIMO(VBR) INSTITUÍDO PELOS ARTS. 11 E 12 DA LEI 11.216/95. VEDAÇÃO. OBSERVÂNCIA AO ESCALONAMENTO VERTICAL E À GARANTIA DO PAGAMENTO DE SOLDOS EM VALOR NUNCA AQUÉM AO MÍNIMO PREVISTO AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS. LEI 10.426/90. IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO DO VBR AO SALÁRIO MÍNIMO. ART. 7º, INCISO IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE. APELAÇÃO PREJUDICADA. DECISÃO UNÂNIME.- Infringe os arts. 11 e 12 da Lei nº 11.216/95 o pagamento aos militares do Estado de Pernambuco de soldo inferior ao vencimento básico de referência(VBR) fixado em R\$ 130,00(cento e trinta reais).- A aplicação da tabela do escalonamento vertical na estrutura da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco deve se harmonizar com a regra que proíbe a percepção de soldo nunca inferior ao vencimento mínimo atribuído aos demais servidores públicos estaduais representado pelo VBR nos moldes da Lei 11.216/95.- Além de não haver menção na Lei 11.216/95, a equiparação do VBR ao salário mínimo contraria expresso mandamento constitucional( parte final do inciso IV do art. 7º**



9200

239

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

da Carta Magna).- Reexame necessário parcialmente provido, prejudicada o recurso voluntário. Decisão unânime. ".  
(Apelação/Reexame Necessário 177574-6. Recife. Relator Fernando Cerqueira. 7ª Câmara Cível. Data de Julgamento 7/4/2009 14:00:00. Publicação 72 )

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SOLDOS. POLICIAIS MILITARES. ESCALONAMENTO VERTICAL E FIXAÇÃO EM VALOR NÃO INFERIOR AO MENOR VENCIMENTO DOS DEMAIS SERVIDORES ESTADUAIS. NÃO VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE. INFRINGÊNCIA DOS ARTS. 11 E 12 DA LEI 11.216/95. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.1- A questão subjudice revela a impossibilidade do pagamento aos militares por parte do Estado de Pernambuco, de soldo inferior ao piso salarial do funcionalismo estadual, estabelecido na lei 11.216/95, em que assevera o piso mínimo para pagamento, qual seja, R\$ 130,00.2- Tendo em vista a remissão feita, pela lei nº 10.426/90, ao valor do mínimo legal, a atualização deste deve ser considerada na evolução salarial militar, equiparando-se a esse montante, também, o menor valor do soldo.3- Precedentes deste Tribunal e dos Superiores, no mesmo sentido.4- À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso voluntário. "

(Apelação Cível 128990-9 Recife Relator Luiz Carlos Figueirêdo 7ª Câmara Cível Data de Julgamento 23/9/2008 14:00:00 Publicação 185 )

Mister se faz aludirmos a voto exarado pelo Douto Des. José Alexandre de Vasconcelos Aquino, que, ao submeter a julgamento perante o 2º Grupo de Câmaras Cíveis desta Corte de Justiça o Mandado de Segurança nº 57.603-4, asseverou com muita coerência:

"(...) A Lei 10.426 de 27 de abril de 1990, que Dispõe sobre a remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco, estabelece, em seu art. 6º, que "O Valor do soldo do posto de Coronel será fixado em lei e servirá de base ao cálculo do soldo dos demais postos e graduações mediante aplicação dos índices da Tabela de Escalonamento Vertical anexa a esta lei, respeitado o disposto no artigo 5º", o qual, por seu turno, determina que "Ao servidor militar é assegurado o direito de ter o seu soldo fixado em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais". (grifos nossos).

Dáí se depreende que a norma acima referida, quanto ao soldo, estabeleceu duas regras, que devem ser aplicadas concomitantemente e não alternativamente:

- a) o valor do soldo do posto de Coronel, a ser fixado em lei, deve servir de base de cálculo para o soldo dos demais postos e graduações, mediante tabela de escalonamento vertical.
- b) o soldo, por outro lado, tem de ser fixado em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais;

Ficou, assim, estabelecido o denominado escalonamento vertical, mas com a particularidade de que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais.

Assim é que a tabela de escalonamento vertical deve ter como limite máximo o valor do soldo do coronel, a ser fixado por lei, e como limite mínimo o montante





9300  
235

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

correspondente ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais.

Sucessivas leis foram editadas, com o intuito de reajustar o valor do soldo dos militares, mas sempre mantido o escalonamento vertical na estrutura de remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. A Lei Complementar nº 13 de 30 de janeiro de 1995, que "Estabelece critérios e procedimentos para o cálculo da remuneração dos servidores públicos, dispõe sobre o limite de remuneração, sobre a vedação a vinculação de vencimentos e dá outras providências", em seu art. 16, expressamente determinou a manutenção do regime de escalonamento vertical.

Ocorre que, em 20 de junho de 1995, foi editada a Lei nº 11.216, que, em seu art. 11, dispõe que "O Estado adotará, para fins de determinação de limites e estabelecimento de faixas de remuneração, o vencimento básico da referência - VBR, correspondente ao valor do menor vencimento, soldo ou salário básico atribuído a cargos ou empregos dos quadros de pessoal da administração direta, das autarquias e das fundações públicas".

Em seguida, em seu art. 12, estabeleceu que "A partir de 1º de maio de 1995, o valor do vencimento Básico de Reverência - VBR é fixado em R\$130,00 (cento e trinta reais)".

Assim é que a norma em referência, não obstante referir-se aos servidores estaduais de modo geral, incluiu expressamente o soldo dos militares no conceito de Vencimento Básico da Referência (VBR), o qual ficou fixado em R\$130,00.

Com a entrada em vigor da sobredita lei, portanto, o valor mínimo que os servidores estaduais deveriam receber era de R\$130,00, de modo que a remuneração dos militares, conforme os arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90, também deveria obedecer a tal limite.

O problema é que a mesma Lei 11.216/95 fixou, em seu art. 17, o valor do soldo do Coronel da Polícia Militar em R\$262,21 e, aplicando-se os percentuais da tabela de escalonamento vertical, aconteceu que alguns militares, inclusive os impetrantes, passaram a receber soldo inferior a R\$130,00.

Interpretando-se a mens legis da Lei 11.216/95, constata-se que ela não pretendeu violar a regra do escalonamento vertical estabelecida pela Lei 10.426/90 e ratificada pela Lei Complementar 13/95, mas também não foi sua intenção expurgar a regra constante do art. 5º da Lei 10.426, que dispõe que o soldo do servidor militar nunca seja fixado em valor inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais.

Tanto é assim que, nos já mencionados arts. 11 e 12, quando da instituição do VBR, o legislador incluiu na sua conceituação também o soldo dos militares, de modo que a eles deveria ser aplicado o valor mínimo de R\$130,00.

Na realidade, para que houvesse a harmonia entre os comandos dos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90 com os arts. 11 e 12 da Lei 11.216, o art. 17 desta última



236 94

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

*deveria ter fixado o soldo do Coronel em valor maior, para que, ao final da tabela, o titular do cargo ou posto ali situado recebesse soldo não inferior a R\$130,00.*

*Assim, não vejo como interpretar a contradição entre os arts. 11 e 12, de um lado e art. 17, de outro, todos da Lei 11.216/95 como antinomia. Vislumbro um equívoco por parte do legislador ao fixar o valor do soldo do Coronel, que, com a edição da Lei Complementar nº 32/2001, foi corrigido, como mais adiante será demonstrado.*

*Não há, de toda sorte, propriamente antinomia e, ainda que se a reconheça, não se pode aplicar a regra de que a lei especial derroga a geral, pelas seguintes razões:*

- 1.A Lei 10.426/90, que é especial (refere-se apenas aos militares), estabeleceu dois princípios para a remuneração dos servidores: o escalonamento vertical e o valor mínimo do soldo fixado com base na menor remuneração recebida pelos demais servidores públicos e o máximo com base no soldo do Coronel;*
- 2.A Lei Complementar 13/95, que é geral (refere-se a todos os servidores), manteve a regra do escalonamento, mas não extinguiu a regra dos limites mínimo e máximo do soldo;*
- 3.A Lei 11.216/95, que é geral (refere-se a todos os servidores), manteve a regra do escalonamento e também a regra do limite mínimo, porquanto ao estabelecer o VBR, incluiu o soldo dos militares em seu conceito, com o intuito de que fosse observado o valor mínimo de R\$130,00 na sua remuneração.*

*Ainda que se entenda que houve antinomia, ela se processou no âmbito exclusivo da Lei 11.216/95, entre o art. 17 e os arts. 11 e 12.*

*Nesse sentido, se fôssemos analisar exclusivamente as regras ali constantes, esquecendo o restante do ordenamento jurídico, realmente teríamos no art. 17 uma regra especial dentro de uma Lei geral, que deveria ser aplicada, em prejuízo da regra geral dos arts. 11 e 12.*

*No entanto, a partir de uma interpretação sistemática, que é mais coerente e condizente com os ditames atuais da hermenêutica jurídica, do confronto da retromencionada Lei (11.216/95) com os princípios estabelecidos pela Lei 10.426/90 - que é especial em relação a ela inclusive - impõe-se a aplicação prevalecente dos referidos princípios em relação à norma do art. 17, ainda mais considerando-se a redação do art. 11 da própria Lei 11.216/95, que inclui o soldo no conceito do VBR.*

*Se fosse a intenção do legislador de 1995 acabar com a regra do limite mínimo do soldo dos militares, bastaria que ele não tivesse incluído a palavra soldo no referido art. 11. Mas assim não fez, de modo que se depreende que a sua pretensão foi manter a referida regra.*

*Daí porque só se pode entender como um equívoco a fixação do soldo do Coronel, contida no já mencionado art. 17, em R\$262,21, o que representou uma violação ao princípio do limite mínimo contido no art. 5º da Lei 10.426/90, porque os percentuais da tabela de escalonamento, quando aplicados,*



237

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

acarretaram a fixação da remuneração dos soldados em valor inferior a R\$130,00. 01

*Destarte, a meu ver, nenhuma das regras para solução de antinomias aplica-se ao presente caso, nem a da lei posterior, nem a da lei especial, nem a da lei superior, devendo-se, na realidade, construir uma solução adequada.*

*Obviamente, a fixação do valor do soldo mínimo em R\$130,00 acarreta, de certo modo, uma modificação na tabela de escalonamento vertical, uma vez que os índices, se aplicados em sua integralidade conforme a Lei 10.426/90, provocariam, como provocaram, a diminuição do soldo situado na posição mais inferior, de modo que seu valor jamais corresponderia a R\$130,00.*

*Como já dito, caberia ao legislador, à época, adequar os índices da tabela de escalonamento vertical à nova determinação legal - o valor do soldo máximo em R\$ R\$262,21 e do mínimo em R\$130,00 - ou fixar o valor do soldo do Coronel em valor maior, o que não foi feito.*

*Ocorre que a sobredita omissão legislativa não pode dar margem à violação do direito dos servidores militares, assegurado pelo art. 5º da Lei 10.426/90, de ter o seu soldo "fixado em valor nunca inferior ao menor vencimento estabelecido para os demais servidores estaduais", que à época era de R\$130,00¹. Desse modo, penso que a solução mais adequada é aplicar o limite de R\$130,00 estabelecido para o soldo nos arts. 11 e 12 da Lei 11.216/95, o que não significa o abandono em absoluto do art. 17.*

*O art. 17 e os percentuais da tabela de escalonamento devem ser aplicados até o posto ou graduação que corresponda ao limite mínimo de R\$130,00, ou seja, quando os servidores militares perceberem soldo inferior a R\$130,00, deve-se desprezar a tabela de escalonamento vertical e majorar o soldo até que atinja o referido limite mínimo, em obediência aos arts. 11 e 12 da Lei 11.216/95 e, especialmente, aos arts. 5º e 6º da Lei 10.426/90. (...)."*

*É de se reconhecer, contudo, que tal situação perdurou tão somente até a entrada em vigor da Lei Complementar nº 32 de 27.04.2001, pois com a mesma houve a desvinculação "de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo" (art. 1º), de modo que, até então, era o valor do soldo e unicamente ele que não poderia ser fixado em valor inferior a R\$130,00.*

*Com a entrada em vigor, pois, da Lei Complementar nº 032/01 vedou-se, expressamente, a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários percebidos pelos policiais militares, ativos ou reformados, determinando, outrossim, que as mesmas passariam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustáveis por lei específica.*

*Não é de se olvidar, inclusive, que o valor do menor soldo fixado pela referida Lei Complementar supera, em muito, o valor de R\$130,00, como se depreende das*



960  
238

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

tabelas a ela anexadas (cf. Anexo I-A e Anexo II-A), de modo que, de um jeito ou de outro, a questão deixa de ter importância com a LC 32/01.

Ora, após a entrada em vigor da LC nº 32/01, não há mais que se falar, como asseverado, em garantia de respeito ao valor mínimo do VBR, atrelado à Tabela de Escalonamento Vertical, nem tampouco em reflexos no cálculo de gratificações e vantagens individuais, haja vista a previsão do soldo em valores nominais em real.

De fato, tendo transcorrido 08 (oito) anos entre a entrada em vigor da Lei nº 32/01, quando implantado novo regime remuneratório dos servidores militares e fixado o menor soldo no valor de R\$ 209,60 (duzentos e nove reais e sessenta centavos), importe este muito superior ao mínimo legal de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), e a data de ajuizamento da ação originária, evidencia-se a ausência de eficácia do provimento almejado.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 14 de Março de 2010.

\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**